

# Cigarro Mata e a Poluição, Não

A crise econômica mundial trouxe reflexos a política tributária brasileira que está sendo ora regida pelo lema: Cigarro Mata e a Poluição Não. Neste artigo vamos tratar das motivações e conseqüências político-econômicas do atendimento preferencial a indústrias específicas com isenção **temporária** de impostos às expensas da taxaço dos chamados bens do pecado.

Em tempos de crise não há nada mais rentável do que favores governamentais. Não é novidade que grupos mais organizados têm mais êxito nesse tipo de pleito. Também não é nada novo para o Brasil que as indústrias montadoras de automóveis têm força política enorme tanto pelo lado patronal quanto pela organização operária. O Presidente Lula é o personagem mais ilustre deste conto. Em compensação, os bens do pecado como bebidas alcoólicas, cigarros e outras drogas legais se tornaram alvo fácil para a arrecadação do fisco em todo o mundo. Hoje um maço de cigarros em Nova Iorque não sai por menos de R\$ 20,00. Isso se deu basicamente porque existe uma justificativa moral, apesar de paternalista, para a taxaço desses bens com frutos fantásticos para o tesouro do estado. Afinal bens do pecado são viciantes o que faz a demanda (quantidade comprada) menos sensível ao preço. Mas é claro que alguma sensibilidade há, afinal, se o cigarro for custar R\$ 5,00, o sujeito que ganha o salário mínimo fica condenado a gastar um terço do seu salário se quiser fumar um maço por dia.

Portanto apesar do trânsito insuportável nas grandes cidades brasileiras e da poluição crescente nos centros urbanos, que também é nociva a saúde, o governo terminou por beneficiar um setor intensivo em capital com custas para um setor mais intensivo em mão de obra tanto na produção quanto na distribuição - o setor de tabaco. Essas medidas casadas têm conseqüências negativas para a disponibilidade de emprego no país.

Medida mais interessante, num momento de crise como este, é a renúncia fiscal de impostos que dizem respeito ao emprego e a renda do trabalhador. Redução

do Imposto de Renda da Pessoa Física, ou reduções das contribuições patronais e sindicais de toda sorte.

Além disso, é bem conhecido na literatura econômica que a isenção temporária de impostos apenas causam deslocamento da demanda no tempo sem fomentar investimento e o emprego futuro. Isso ocorre porque não há razão para uma firma investir em mais capacidade produtiva ou manter trabalhadores em seus postos, se a estrutura de custos não for modificada de modo permanente. O incentivo é apenas de queima de estoque e geração de caixa naquele ponto do tempo.

Em resumo, o incentivo fiscal temporário aos carros não é, não foi e nem será a melhor renúncia fiscal a se fazer num momento de crise econômica e desemprego crescente. Além disso, a forma temporária da isenção não incentiva o investimento, o crescimento sustentável e a criação de empregos futuro. Por fim, será que o cigarro faz mais mal a saúde que a poluição dos combustíveis fósseis? Está aí um bom estudo a ser produzido.

Igor Barenboim é PhD em Economia por Harvard e Subsecretário de Administração do Rio de Janeiro